

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ nº 36.565.608/0001-00

NIRE nº 42 3 0006400-9

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte - Agrônômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da ENGIE Energia Solar Holding II S.A. (“ENGIE Solar II Holding” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

a) Perfil Institucional

A ENGIE Solar II Holding é uma sociedade anônima cujo objeto social é a participação, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios. A Companhia detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem o Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol, localizado em Pirapora, no Estado de Minas Gerais.

Atualmente a ENGIE Solar II Holding controla diretamente a ENGIE Lar do Sol Holding S.A. que detém 198,0 MW de capacidade instalada e 53,0 MWh de garantia física em empreendimentos operacionais de geração solar fotovoltaica.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

b) Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

c) Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

d) Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta dos Conjuntos Fotovoltaicos da Companhia alcançou 323,1 GWh, desempenho 21,4% inferior à observada em 2024, que foi de 410,8 GWh. O índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de *trackers* e *inversores*, do Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol em 2025 atingiu 99,9%.

e) Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	Consolidado			
	2025	2024	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	180.181	167.026	13.155	7,9
(Prejuízo) lucro bruto	(9.706)	11.586	(21.292)	(183,8)
Resultado do serviço (Ebit)	(11.293)	(109.257)	97.964	(89,7)
Ebitda (Lajida) ¹	17.278	(80.339)	97.617	(121,5)
Resultado financeiro	(28.683)	(34.501)	5.818	(16,9)
Prejuízo do exercício	(44.796)	(148.398)	103.602	(69,8)

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento decorre, substancialmente, em função do reajuste dos preços contratuais pelo indexador previsto em contrato e do aumento na receita com transações no mercado de energia de curto prazo.

Resultado do serviço e Ebitda: a variação decorre, substancialmente, pelo reconhecimento não recorrente em 2024 de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos de aproximadamente R\$ 120 milhões, bem como pelo aumento na linha da receita operacional líquida. O efeito positivo foi suavizado pelo aumento nas despesas com compra de energia de aproximadamente R\$ 34 milhões.

Prejuízo do exercício: a redução do prejuízo foi motivada pela combinação dos efeitos anteriormente citados.

f) Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

g) Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

h) Agradecimentos

A Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2025.

A Administração

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.
CNPJ Nº 36.565.608/0001-00| NIRE Nº 42 3 0006400-9
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	27	43	26.743	45.716
Contas a receber de clientes	5	-	-	16.208	15.236
Dividendos a receber		15.937	15.937	-	-
Outros ativos circulantes		2	9	8.306	5.420
		15.966	15.989	51.257	66.372
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	6	-	-	12.425	11.959
Outros ativos não circulantes		1	57	2.722	3.017
		1	57	15.147	14.976
Investimentos	7	336.650	378.479	-	-
Imobilizado	8	-	-	780.649	803.215
		336.651	378.536	795.796	818.191
TOTAL		352.617	394.525	847.053	884.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.
CNPJ Nº 36.565.608/0001-00| NIRE Nº 42 3 0006400-9
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	10	547	582	28.171	12.981
Dividendos	13	-	1.704	-	1.704
Financiamento	12	-	-	10.941	9.983
Outros passivos circulantes		399	398	3.938	3.138
		946	2.684	43.050	27.806
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	10	-	-	7.364	11.655
Financiamento	12	-	-	390.231	400.321
Provisão para desmobilização	8	-	-	17.146	12.006
Outros passivos não circulantes		-	-	1.183	-
		-	-	415.924	423.982
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	13				
Capital social		483.891	483.791	483.891	483.791
Reserva de capital		-	10.791	-	10.791
Prejuízos acumulados		(132.220)	(102.741)	(132.220)	(102.741)
		351.671	391.841	351.671	391.841
Participação de não controladores		-	-	36.408	40.934
		351.671	391.841	388.079	432.775
TOTAL		352.617	394.525	847.053	884.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.
CNPJ Nº 36.565.608/0001-00| NIRE Nº 42 3 0006400-9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	-	-	180.181	167.026
Custos da energia vendida					
Custo de energia elétrica comprada para revenda e transações realizadas na CCEE		-	-	(132.880)	(98.906)
Depreciação e amortização	8	-	-	(28.571)	(28.918)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		-	-	(13.574)	(13.639)
Serviços de terceiros		-	(30)	(7.307)	(7.167)
Outros		-	-	(7.555)	(6.810)
		-	(30)	(189.887)	(155.440)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO		-	(30)	(9.706)	11.586
Despesas operacionais					
<i>Impairment</i>		-	(38.053)	-	(119.974)
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(144)	(150)	(1.577)	(850)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	(10)	(19)
		(144)	(38.203)	(1.587)	(120.843)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		(40.125)	(97.836)	-	-
Amortização da mais valia		-	(1.318)	-	-
		(40.125)	(99.154)	-	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(40.269)	(137.387)	(11.293)	(109.257)
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		-	2	4.052	6.572
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		-	-	1.608	643
Juros e variação monetária sobre financiamento	12	-	-	(29.675)	(29.149)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	8	-	-	(503)	(1.037)
Outras despesas financeiras, líquidas		(1)	(1)	(4.165)	(11.530)
		(1)	1	(28.683)	(34.501)
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS		(40.270)	(137.386)	(39.976)	(143.758)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15				
Imposto de renda		-	-	(3.282)	(3.188)
Contribuição social		-	-	(1.538)	(1.452)
		-	-	(4.820)	(4.640)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(40.270)	(137.386)	(44.796)	(148.398)
LUCRO ATRIBUÍDO AO:					
Acionista controlador		(40.270)	(137.386)	(40.270)	(137.386)
Acionista não controlador		-	-	(4.526)	(11.012)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(40.270)	(137.386)	(44.796)	(148.398)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.
CNPJ N° 36.565.608/0001-00| NIRE N° 42 3 0006400-9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PREJÚZO DO EXERCÍCIO	(40.270)	(137.386)	(44.796)	(148.398)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(40.270)	(137.386)	(44.796)	(148.398)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.
CNPJ N° 36.565.608/0001-00| NIRE N° 42 3 0006400-9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total	
		Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				Prejuízos acumulados
Saldos em 31.12.2023		544.484	(62.803)	-	2.272	32.373	-	516.326	51.946	568.272
Aumento de capital		2.110	-	-	-	-	-	2.110	-	2.110
Renúncia de dividendos		-	-	10.791	-	-	-	10.791	-	10.791
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(137.386)	(137.386)	(11.012)	(148.398)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	(2.272)	(32.373)	34.645	-	-	-
Saldos em 31.12.2024	13	546.594	(62.803)	10.791	-	-	(102.741)	391.841	40.934	432.775
Aumento de capital		100	-	-	-	-	-	100	-	100
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(40.270)	(40.270)	(4.526)	(44.796)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(10.791)	-	-	10.791	-	-	-
Saldos em 31.12.2025	13	546.694	(62.803)	-	-	-	(132.220)	351.671	36.408	388.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.
CNPJ Nº 36.565.608/0001-00| NIRE Nº 42 3 0006400-9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos	(40.270)	(137.386)	(39.976)	(143.758)
Conciliação do lucro com o caixa das operações:				
Juros e variação monetária sobre financiamento	-	-	29.675	29.149
Depreciação e amortização	-	1.318	28.571	28.918
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	-	-	503	1.037
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	(1.608)	(643)
<i>Impairment</i>	-	38.053	-	119.974
Resultado de participações societárias	40.125	97.836	-	-
Outros	(2)	-	2.265	(3.506)
Resultado antes dos tributos ajustado	(147)	(179)	19.430	31.171
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	44	(972)	16.932
Outros ativos	64	52	(3.688)	(2.042)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	(35)	(352)	13.040	(12.926)
Outros passivos	2	291	801	(155)
Caixa utilizado nas operações	(116)	(144)	28.611	32.980
Pagamentos de juros sobre financiamento	-	-	(29.780)	(32.215)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(3.701)	(4.354)
Caixa líquido das atividades operacionais	(116)	(144)	(4.870)	(3.589)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas	-	(2.010)	-	-
Aplicação no imobilizado e no intangível	-	-	(4.614)	1.610
Caixa líquido das atividades de investimento	-	(2.010)	(4.614)	1.610
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	100	2.110	100	2.110
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	1.142	1.919
Pagamento de financiamento	-	-	(9.027)	(21.984)
Dividendos pagos	-	-	(1.704)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	100	2.110	(9.489)	(17.955)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(16)	(44)	(18.973)	(19.934)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	43	87	45.716	65.650
Saldo final	27	43	26.743	45.716
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(16)	(44)	(18.973)	(19.934)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.
CNPJ Nº 36.565.608/0001-00 | NIRE Nº 42 3 0006400-9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Engie Energia Solar Holding II S.A. (“ENGIE Energia Solar Holding II” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), e foi constituída em 05.03.2020, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a participação, como *holding*, no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios.

Atualmente, a ENGIE Energia Solar Holding II é controladora direta da ENGIE Lar do Sol Holding e controla indiretamente as seguintes empresas, as quais compõem o Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol:

Usina Fotovoltaica	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física estimada (MWm) ¹	Participação no capital integralizado e votante (%)	Ambiente de contratação
Lar do Sol 1	99,0	26,5	90,00	Livre
Lar do Sol 2	49,5	13,3	90,00	Livre
Lar do Sol 3	49,5	13,3	90,00	Livre
Total	198,0	53,0		

(1) Não possui garantia física declarada, portanto sua capacidade comercial é baseada na geração prevista.

Devido ao modelo de operação as Usinas das Companhia não possuem garantia física declarada.

As controladas indiretas que compõe o Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol têm como objetivo a geração fotovoltaica de energia, tem sua operação dedicada ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre, na modalidade de autoprodução junto a Unipar Carbocloso S.A., com período de suprimento de 01.01.2024 à 31.12.2042.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE”), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 27.03.2026.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, ENGIE Energia Solar Holding II, e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas financeiras estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

Apesar de a Administração reconhecer a existência de indicadores negativos, conclui-se, que não há incertezas materiais que comprometam o pressuposto de continuidade operacional. Tal conclusão apoia-se, sobretudo, na disponibilidade de suporte financeiro por parte da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A., que demonstra capacidade e compromisso em prover os recursos necessários para atender às obrigações e manter a regularidade das operações de suas controladas. Assim, conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS FINANCEIRAS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel.

c.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no encerramento do exercício, a existência de evidências de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Em situações não comuns, se tais evidências são identificadas, a Companhia procede ao teste de *impairment*. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda é reconhecida no resultado do exercício.

c.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

c.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

c.4) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das Usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

d) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

g) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras. A Controladora e suas controladas apuram os impostos sobre o regime do lucro presumido.

i) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

k) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

l) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	27	43	3.186	3.161
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	-	-	23.557	42.555
	27	43	26.743	45.716

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão concentradas, substancialmente, nos fundos de investimento exclusivos (FIE) Energy Renda Fixa e Energy Prime Renda Fixa, cuja gestão é feita pelo Banco Santander e pelo Banco BTG Pactual, respectivamente. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro e em instrumentos de captação bancária, predominantemente de instituições financeiras com classificação de risco AAA, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do FIE Energy Renda Fixa nos anos de 2025 e 2024 foi, respectivamente, cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial). Adicionalmente, o FIE Energy Prime Renda Fixa apresentou rentabilidade média de 100,8% do CDI em 2025.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Unipar Carbocloro S.A.	11.417	10.830
Comercializadoras	4.445	4.240
Transações no mercado de energia de curto prazo	346	166
	16.208	15.236

A Companhia, por intermédio de suas controladas comercializaram energia com Unipar Carbocloro. Mais detalhes vide Nota 18 – Transações com partes relacionadas.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em suas contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha no consolidado R\$ 12.425 (R\$ 11.959 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas aos contratos de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e são constituídas pelo montante equivalente a 2,5% do valor da dívida.

NOTA 7. INVESTIMENTOS

a) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora						
	Saldos em 31.12.2023	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2024	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2025
ENGIE Lar do Sol Holding	474.305	2.010	(97.836)	378.479	(1.704)	(40.125)	336.650

b) Informação da subsidiária, relativa ao exercício findo em 31.12.2025

	31.12.2025						
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo	Participação (%)
ENGIE Lar do Sol Holding	423.444	364.593	27.943	336.650	96.381	(40.125)	100

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2025			31.12.2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,4%	836.317	(67.332)	768.985	791.677
Direito de uso de arrendamentos	3,3%	8.495	(832)	7.663	11.188
Edificações e benfeitorias	4,0%	83	(1)	82	-
Móveis e utensílios	6,2%	70	(2)	68	-
		844.965	(68.167)	776.798	802.865
Em curso					
Edificações e benfeitorias		3.002	-	3.002	-
Máquinas e equipamentos		849	-	849	350
		3.851	-	3.851	350
		848.816	(68.167)	780.649	803.215

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Direito de uso de arrendamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Em curso	Total
SalDOS em 31.12.2023	908.376	11.578	-	-	-	919.954
Ingressos	-	-	-	-	2.030	2.030
Reversão da provisão para desmobilização	(8.828)	-	-	-	-	(8.828)
Baixas	(420)	-	-	-	-	(420)
Transferências	1.680	-	-	-	(1.680)	-
Impairment	(81.921)	-	-	-	-	(81.921)
Depreciação	(27.210)	(390)	-	-	-	(27.600)
SalDOS em 31.12.2024	791.677	11.188	-	-	350	803.215
Ingressos	-	-	-	-	4.615	4.615
Provisão para desmobilização	4.637	-	-	-	-	4.637
Remensuração	-	(3.247)	-	-	-	(3.247)
Transferências	961	-	83	70	(1.114)	-
Depreciação	(28.290)	(278)	(1)	(2)	-	(28.571)
SalDOS em 31.12.2025	768.985	7.663	82	68	3.851	780.649

c) Provisão para desmobilização

Em 2023, a Companhia, através de suas controladas, reconheceu em seu imobilizado as provisões dos custos decorrentes das desmobilizações de seus parques eólicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento das obrigações de retirada dos ativos e de restauração dos locais ao final dos prazos de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 6,70%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante consolidado em 31.12.2025 era de R\$ 17.146 (R\$ 12.006 em 31.12.2024), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 503 registrada no resultado do exercício de 31.12.2025 (R\$ 1.037 em 31.12.2024) e (ii) aumento de R\$ 4.637 por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão (reversão de R\$ 8.828 em 31.12.2024).

a) Provisão para redução ao valor recuperável de ativo

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, em 31.12.2024 a Companhia, através de suas controladas, reconheceu *impairment* no montante de R\$ 81.921, relativos à obsolescência econômica do parque gerador.

b) Autorizações das solares

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade instalada (MW)	Data do ato	Vencimento
CGF Lar do Sol III e IV	Lar do Sol 1	99	03.2023	03.2054
CGF Lar do Sol V	Lar do Sol 2	49,5	03.2023	03.2054
CGF Lar do Sol VI	Lar do Sol 3	49,5	03.2023	03.2054

NOTA 9. INTANGÍVEL

A Companhia mantém como intangível o direito de acesso a Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG reconhecido em 2021 na aquisição do Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol. Em 2024 a Companhia reconheceu *impairment* no montante de R\$ 38.053, relativos a baixa desse intangível.

NOTA 10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica comprada	20.716	7.842
Arrendamentos a pagar	8.422	11.693
Fornecedores de materiais e serviços	5.240	4.005
Encargos de uso da rede elétrica	1.157	1.096
	35.535	24.636
Passivo circulante	28.171	12.981
Passivo não circulante	7.364	11.655
	35.535	24.636

NOTA 11. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados por suas controladas.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação 12 meses 31.12.2025	Cenário Provável 31.12.2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25% ¹	Administração
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
IPCA	401.172	862	(3.388)	(162)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	401.172	410.304
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(12.425)	(11.959)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(26.743)	(45.716)
Dívida líquida	362.004	352.629
Patrimônio líquido	388.079	432.775
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	0,9	0,8

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia estão majoritariamente alocados nos fundos exclusivos Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) e Energy Prime Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander e Banco BTG Pactual, respectivamente. Em 31.12.2025, a alocação do patrimônio de ambos os fundos era em ativos de baixíssimo risco, sendo sua maioria lastreados em títulos públicos federais e em instrumentos de captação bancária, em conformidade com os parâmetros de alocação e bancos elegíveis acima especificados, ambos com liquidez diária e atrelados à variação da Selic. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual
Fornecedores	28.171	2.268	2.268	12.465	45.172
Financiamento	21.253	45.234	48.630	410.369	525.486
	49.424	47.502	50.898	422.834	570.658

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	-	-	23.557	42.555
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	27	43	3.186	3.161
Contas a receber de clientes	-	-	16.208	15.236
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	12.425	11.959
	27	43	55.376	72.911
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	547	582	35.535	24.636
Financiamento	-	-	401.172	410.304
	547	582	436.707	434.940

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 12. FINANCIAMENTO

a) Mutações do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2023	435.354
Juros e V.M.	29.149
Amortização do principal	(21.984)
Amortização de juros	(32.215)
Saldos em 31.12.2024	410.304
Juros e V.M.	29.675
Amortização do principal	(9.027)
Amortização de juros	(29.780)
Saldos em 31.12.2025	401.172
Passivo circulante	10.941
Passivo não circulante	390.231
	401.172

b) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

Ano	Valor
2027	11.524
2028	12.933
2029	14.093
2030	15.246
2031	15.593
2032 a 2036	98.908
2037 a 2041	142.638
2042 a 2045	79.296
	390.231

c) Condições contratadas

Condições de pagamento				
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldos em 31.12.2025
Lar do Sol I, II, III				
BNB	IPCA + 3,15% a.a. (sem BA ¹) IPCA + 2,67% a.a. (com BA ¹)	11.2045	Mensais	401.172

(1) Bônus de Adimplemento: condição de redução pelo fator 0,85 aplicada aos juros incorridos nas parcelas do serviço da dívida pagas em dia. Condição prevista para os financiamentos por receberem recursos do Fundo Constitucional do Nordeste.

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social das controladas; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; e (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 era de R\$ 483.891 (R\$ 483.791 em 31.12.2024), representado por 745.483.478 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais pertencem totalmente à controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido ajustado do exercício.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia. No exercício de 2024 a reserva de retenção de lucros foi utilizada para compensar o prejuízo do exercício. Em 2025 não houve constituição da reserva devido ao prejuízo do exercício.

d) Participação de acionistas não controladores

Referem-se às participações acionárias de terceiros no equivalente a 10% no capital social da Companhia.

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Unipar Carbochloro S.A.	133.719	153.486
Receita contrato de energia (ACL)	53.101	25.626
Transações no mercado de curto prazo	6.359	157
	193.179	179.269
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(12.998)	(12.243)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	180.181	167.026

NOTA 15. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	Consolidado			
	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	86.975	86.975	77.492	77.492
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	6.958	10.437	6.199	9.299
Receita financeira	5.791	5.791	6.849	6.849
Outras	476	870	(200)	-
Base de cálculo	13.225	17.098	12.848	16.148
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(3.306)	(1.538)	(3.212)	(1.452)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social	(3.282)	(1.538)	(3.188)	(1.452)

NOTA 16. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia, por meio de suas controladas, mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das autorizações dos parques eólicos. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 369.023.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 2032. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 27.509.

NOTA 17. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos aos parques eólicos e lucros cessantes, no valor de R\$ 858.223 e R\$ 120.107, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

NOTA 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir do início de suas operações, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Venda de energia entre partes relacionadas

A Companhia através de suas controladas mantém contrato com a parte relacionada Unipar Carbocloro S.A. no ambiente de contratação livre na modalidade de autoprodução, com vencimento em 2042, sendo seu reajuste feito anualmente, pelo IPCA, em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2025 é de R\$ 1.402.864. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 14 – Conciliação da receita operacional líquida.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Engie Energia Solar Holding II S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz

Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva

Diretora Administrativa e Financeira

Dianne Elissa Desan Calado

Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Valter Luis Barbieri Colombo

Contador – CRC SC 038020/O-8



**Shape the future
with confidence**

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no



Shape the future
with confidence

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



Shape the future
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 27 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O